Relatório de inspeção de estabelecimento prisional

Unidade: Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Doutor Arnaldo Amado Ferreira" de Taubaté.

Localização: Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 746 - Jardim Santa Clara - CEP: 12080-000 – Taubaté/SP.

Data: 23 de setembro de 2019.

Horário: 11h30min. – 17h30min.

Defensores Públicos responsáveis pela inspeção:
Leonardo Biagioni de Lima, Cristina Emy Yokaichiya, Fernando Nicolas Penco Juve e Rafael Gomes Bedin. Acompanhados das agentes de defensoria Zoraide Caobianco Modenutte (assistente social do NESC) e Tânia Biazioli de Oliveira (psicóloga do CAM Criminal).

Direção Geral: Adriano César Maldonado (Diretor Técnico III);

Diretor de Disciplina: Marcos Juliano Machado Ribas;

Diretora de Saúde: Elisângela Marina;

Diretora de Reabilitação: Maria Helena Schmidt;

Responsável pelo fornecimento de informações pela direção: Adriano César Maldonado (Diretor Técnico III).

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Introdução

Importante esclarecer primeiramente que os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTPs) estão na contramão da Lei Antimanicomial (Lei 10.216/01)[1], marco da Reforma Psiquiátrica no Brasil, que é totalmente contrária às instituições totais como alternativa terapêutica, estabelecendo que as internações limitem-se apenas em casos de surto e somente à duração deste, estendendo-se a todas as pessoas que apresentem transtorno, comprometimento ou sofrimento mental.

Conforme a Lei 7.209/84[2], que altera o Código Penal, a medida de segurança pode ser entendida como um tratamento para pessoas que praticaram atos que configuram crimes, mas por possuírem alguma desordem psíquica não compreendem a dimensão deste ato praticado e, portanto, não poderiam sofrer uma pena. No entanto percebe-se que ainda é aplicada como uma punição, pois quem determina como será cumprida, se com tratamento ambulatorial ou internação, é o juiz, que toma por base o "delito" cometido e atrela o tempo de duração da medida ao exame de cessação de periculosidade.

Muito mais efetivo seria partir do entendimento de que o ato praticado foi uma resposta ao sofrimento mental que a pessoa vivenciava e que a solução não é castigá-la ou excluí-la da sociedade, mas desenvolver um projeto que, aliado ao tratamento de saúde, vise estimular a convivência com a família e na comunidade, desenvolvendo e/ou resgatando laços afetivos, preocupando-se em identificar as necessidades daquela pessoa, como moradia, trabalho, educação, alimentação. Claro que para isso é fundamental a articulação da rede no sentido de fornecer todo o suporte que for preciso.

Para traçar e acompanhar este conjunto de ações terapêuticas faz-se necessário que o judiciário recorra a uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de várias

[1] BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 17 outubro 2019.

[2] BRASIL. Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#art96>. Acesso em 14 outubro 2019.

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3243.5274/3105.5799 r. 281

áreas e de vários saberes como psiquiatria, psicologia, serviço social, enfermagem, terapia ocupacional, dentre outras, na aplicação das medidas de segurança.

Vale ressaltar também que, no estado de São Paulo, se tem constatado um aumento de pessoas que fazem uso problemático de drogas sendo submetidas à medida de segurança com internação em HCTPs, contrariando a recente Lei nº 13.840 de 05 de junho de 2019[3] que altera Lei nº 11.343/2006 (Lei das Drogas), excluindo o tipo de Internação Compulsória (aquela determinada pelo juiz) e estabelecendo que o prazo para a Internação Involuntária deve ser de no máximo 90 dias.

Nesse sentido a Portaria nº 94, de 14 de janeiro de 2014[4], instituiu o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), composto pela EAP – Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, porém cabe aos estados aderirem a tal Portaria.

Sabemos que existem alguns Programas nesse sentido já em execução em alguns estados, como o PAILI em Goiás implantado em 2006, o PAI-PJ em Minas Gerais implantado em 2001, o EMPAP no Rio de Janeiro implantado em 2017 e a EAP no Piauí implantada em 2015. Apesar das peculiaridades de cada um, o que percebemos em comum é a compreensão de que as pessoas em conflito com a Lei que sofrem de alguma doença/transtorno/distúrbio mental não podem ser alvo apenas da justiça, mas devem ser alcançadas pelas políticas públicas de Saúde e Assistência Social. Importante mencionar também que em dois estados, não sendo mais considerados necessários, já

[3] BRASIL> Lei nº 13.840 de 5 de junho de 2019. Altera as Leis nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm>. Acesso em 14 outubro 2019.

[4] BRASIL. Portaria nº 94, de 14 de janeiro de 2014. Institui o serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0094_14_01_2014.ht>. Acesso em: 14 outubro 2019.

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

houve a extinção dos HCTPs, inclusive há menção favorável aos baixos índices de reincidência.

No estado de São Paulo existe apenas uma equipe EAP que foi formada em 2018 e seu foco de atuação está no momento da cessação de periculosidade e desinternação condicional, não participando desde o início da aplicação da medida de segurança.

Sistematização da visita: Ressalta-se, primeiro, que não houve qualquer embaraço para se entrar na unidade. Inicialmente, fomos à sala da direção da unidade, local onde explicamos a metodologia das inspeções. Nisso, o diretor informou, então, que seria melhor irmos, de início, aos locais de aprisionamento, pois às 13 horas os presos-pacientes retornariam ao banho de sol e não seria possível a entrevista com eles nesse local. Dessa forma, a equipe se dividiu, restando as agentes de defensoria e a defensora Cristina com a equipe técnica da unidade e os demais defensores dirigiram-se ao Pavilhão 5, acompanhados do diretor geral e diretor de disciplina. O diretor nos explicou que o Pavilhão 5 havia sido inaugurado há 1 mês e foi construído para receber os presos-pacientes com medida de segurança que estão nas alas psiquiátricas da Penitenciária III de Franco da Rocha e do Centro de Detenção Provisória III de Pinheiros. Neste pavilhão, há local para isolamento, em casos de doenças infectocontagiosas, não sendo necessário que os presos-pacientes fiquem em celas da enfermaria, local que acaba, então, atendendo pessoas presas com graves problemas de saúde, que necessitam de cuidado contínuo. Também, esse pavilhão conta com aquecimento solar e chuveiro nas celas, as quais são individuais. Depois, fomos aos demais pavilhões, que possuem estrutura parecida entre si, contudo, bem mais precária que o pavilhão recém-inaugurado. Estes pavilhões não possuem chuveiros no interior das celas, tendo os presos-pacientes que utilizarem chuveiros coletivos, os quais possuem água aquecida por aquecimento elétrico. Em todos os pavilhões, o acionamento das descargas fica fora das celas e são os presos-pacientes responsáveis pela faxina que as acionam. Há, na unidade, um espaço chamado "Arte e Vida", onde 46 presos-pacientes realizam algumas atividades supervisionados por agentes de segurança penitenciária, por não possuírem convívio com os demais no banho de sol. Há uma barbearia nesse espaço, assim como ocasionalmente ocorre atendimento com

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

assistente social. O diretor informou que seria importante contar com terapeuta ocupacional no local, uma vez que visa exatamente esse atendimento. Há espaços para cursos na unidade, contudo, estão absolutamente ociosos e sendo utilizados para outras finalidades. Há um espaço ocioso há 2 anos, onde havia anteriormente cursos do SENAI, inclusive com alguns equipamentos no local, contudo sem utilização hoje. Após, passamos pelos espaços de trabalho, que são 2, ocupados pelas empresas VARAL e COROZITA. Nas oficinas de trabalho, têm presos-pacientes de todos os pavilhões misturados. Por se tratar de medida de segurança, não têm direito à remição. Visitamos, também, o local para visitas. A direção informou que são cerca de 30 visitantes por semana na unidade. Fomos ao setor de saúde. No local, conversamos com a equipe. Os psiquiatras relataram que não fazem perícia, mas, sim, acompanhamento das necessidades de cada preso-paciente. Apenas têm contato com os peritos, auxiliando-se em relação aos comportamentos das pessoas presas e evoluções ou não com a medicação ministrada. Relataram que os laudos são feitos a cada 10 meses, em regra. Havia uma pessoa presa na cela da enfermaria. Trata-se de [redacted] matrícula [redacted] Relataram que o preso-paciente restou entre 09/05/2019 e 07/08/2019 no Centro Hospitalar da SAP, tendo em vista a gravidade de seu quadro. Não possui ainda um diagnóstico de sua doença, no entanto, vem sendo tratado como tuberculose óssea. Os profissionais de saúde foram unânimes ao afirmar que é a situação mais grave na unidade. A equipe de saúde, de um modo geral, relatou que a principal situação que traz as pessoas à unidade é o uso de drogas. O diretor relatou que, invariavelmente, pelo fato de as pessoas passarem um longo tempo de abstinência e sem tratamento adequado nas unidades prisionais de CDP III de Pinheiros e Penitenciária III de Franco da Rocha, chegam ao HCTP sem qualquer situação de saúde mental, mas muitas questões de saúde, principalmente doenças de pele. Em relação às questões de saúde mental, os enfermeiros da unidade relataram que a maioria das situações não envolve alguma doença mental, mas, sim, uso de drogas. Quando a equipe de saúde reputa necessário, é antecipada a elaboração do laudo. Os enfermeiros relataram que não elaboram laudos juntamente com os peritos, mas estes questionam sobre comportamento e medicação, tal qual afirmado pelos psiquiatras. Há, no local, também, um setor de próteses, onde faz-se os moldes dos dentes e colocação, visando

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

à preservação da autoestima e de maior agilidade. Elisângela, diretora de saúde, afirmou não haver cela de contenção na unidade. As agentes de defensoria e a defensora Cristina conversaram com as assistentes sociais, Maria Helena (responsável pelo setor) e Helena e a psicóloga da unidade, Rita, as quais informaram que o perfil basicamente é de dependentes químicos, doenças mentais e transtorno sexual. Relataram que, quando o paciente entra no HCTP, buscam fazer o levantamento dos dados de familiares ou verificar se houve rompimento dos vínculos familiares. Informaram que as residências terapêuticas em geral têm poucas vagas e não aceitam criminosos (*sic*). O diretor afirmou que a própria cidade de Taubaté não com conta com serviço de residência terapêutica. O diretor relatou também haver cerca de 30 pessoas com indicação de desinternação (10% da população atual), contudo, sem previsão de saída por não haver rede de saúde para receber a população nos municípios. Além disso, é mais difícil conseguir vaga quando não há vínculos familiares. Assim como havia sido manifestado pelo diretor, indicaram que há diversos casos de drogadição que poderiam ter tratamento ambulatorial desde o início e, contudo, alguns aguardam 1 a 2 anos no CDP III de Pinheiros ou Penitenciária III de Franco da Rocha para conseguirem uma vaga no HCTP e, então, acabam chegando "limpos" em Taubaté. Explicaram que a saída do HCTP de Taubaté pode ser dar diretamente à família ou município de origem, realizando tratamento ambulatorial no CAPS ou, ainda, passando por uma espécie de progressão, não existente na legislação em vigor, indo ao HCTP II de Franco da Rocha, que tem cumprido esse papel hoje na política do estado.

Agentes de segurança penitenciária: Conforme dados fornecidos pela Direção da unidade, há um total de 113 (cento e treze) agentes penitenciários lotados na unidade, sendo que, no dia da visita, apenas 41 (quarenta e um) estavam em serviço.

Lotação do estabelecimento: Conforme informações da direção da unidade, a capacidade total do estabelecimento é de 404 presos-pacientes, com a inauguração do novo pavilhão. Na data da inspeção, havia 322 pessoas. Importante relatar que, das 160 vagas do novo pavilhão, receberam 80 presos-pacientes e devem receber os outros 80

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

no próximo mês, de modo que lotaria a unidade. A distribuição das vagas ocorre da seguinte forma:

Setor de convívio: A unidade é dividida em 05 pavilhões. Não há divisão de pavilhões por enfermidade, uso de drogas, natureza do delito ou qualquer divisão. Os 5 pavilhões são denominados: Franklin Toledo Piza; Alcântara Machado; Herculano de Freitas; Acácio Nogueira; e Pavilhão 5 ou Casa Nova. No dia da inspeção, havia 72 presos-pacientes no pavilhão 5 ou Casa Nova, com capacidade para 160 presos-pacientes; 67 no pavilhão Alcântara Machado, com capacidade para 52 presos-pacientes; 64 no pavilhão Franklin Toledo Piza, com capacidade para 52 presos-pacientes; 25 no pavilhão Herculano de Freitas, com capacidade para 20 presos-pacientes; 94 no pavilhão Acácio Nogueira, com capacidade para 120 presos-pacientes. Havia colchões para todos os presos-pacientes. Contudo, pelo número de pessoas em cada pavilhão e sua capacidade, não haveria camas para todos, em que pese afirmado pela direção que todos os presos-pacientes dispunham de cama, restando contraditória a afirmação.

Perfil dos Presos-pacientes:

- número de presos-pacientes maiores de 60 anos de idade: 12
- número de presos-pacientes com deficiência física: 01
- número de presos-pacientes com deficiência visual: 03
- número de presos-pacientes com deficiência auditiva: 03
- número de presos-pacientes com deficiência intelectual: Segundo a direção, seriam todos, uma vez que cumprem medida de segurança, contudo, não há essa informação pela unidade;
- número de presos-pacientes indígenas: 0
- número de presos-pacientes estrangeiros: 0

Gerenciamento da população prisional: Não há separação entre presos-pacientes reincidentes e primários, fato confirmado pelos presos-pacientes ouvidos. Também não há divisão com relação à natureza do(s) delito(s) cometido(s). Qualquer pessoa presa ocupará qualquer um dos pavilhões, embora as pessoas com maior

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

comprometimento fiquem em celas individuais e, em que pese o banho de sol seja separado por pavilhão, as oficinas de trabalho são ocupadas por presos-pacientes de todos os pavilhões. Segundo informação da direção, não há problemas de convívio. Não há setor disciplinar ou setor de seguro. No setor de inclusão, a pessoa não dorme, apenas fica por poucas horas, enquanto realiza-se a triagem. A direção da unidade afirmou que não existem membros de facções prisionais no âmbito do HCTP de Taubaté, embora alguns presos-pacientes entrevistados tenham afirmado haver identificação do Primeiro Comando da Capital na unidade. A direção relatou que os presos-pacientes com doenças infectocontagiosas restam isolados no período inicial de contágio, havendo, inclusive, cela para tanto no pavilhão 5, recém-inaugurado. Em relação aos demais pavilhões, vão para enfermaria. A direção da unidade informou que o banho de sol é entre 07h30min. e 11h00 e entre 13h00 e 16h15min, o que fora confirmado pelas pessoas presas ouvidas.

Segundo a direção, é permitida a saída para velório familiar, mas informou que nunca ocorrera. Relatou que preferem que familiares deem a notícia de morte de parente, tendo em vista o perfil da unidade. Em relação a esse ponto, as pessoas presas ouvidas afirmaram não ter conhecimento. Afirmou que quem realiza as escoltas para atendimentos de saúde e audiências judiciais é a polícia militar. No entanto, a própria unidade o faz invariavelmente, tendo em vista as dificuldades apresentadas pela polícia militar. Relatou-se não haver prioridade nas escoltas para audiências em detrimento de escoltas para atendimento de saúde.

Há um preso-paciente sem identificação, o qual é chamado de [redacted] matrícula [redacted]

Há também um preso-paciente com medida de segurança extinta há muitos anos (no ano de 1.998), trata-se do senhor [redacted] matrícula [redacted] Em que pese seja interditado com internação compulsória cível imposta, encontra-se em unidade prisional, em desacordo com a legislação em vigor.

Abaixo, segue lista enviada pela direção, após protocolo de ofício solicitando, com os nomes completos e número de matrícula de todos os presos-pacientes da unidade, indicando-se o município de referência de cada um deles, o tempo total de privação de liberdade e o delito praticado:

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Nome	Matrícula SAP	Municipio de referencia / DRS	Tempo de privação	Delito
[redacted]	[redacted]	SÃO PAULO DRS I	23.05.16	121 & 2° inc. III
		CAMPINAS DRS VII	26.10.18	157 (3x)
		GUARULHOS DRS I	11.01.19	121 & 2°
		PRESIDENTE PRUDENTE DRS XI	09.09.19	213 e 233
		MAUA DRS I	14.09.18	157 (213)
		LARANJAL PAULISTA DRS VI	20.02.18	217
		MARILIA DRS IX	25.10.18	157 c.c 14
		DIADEMA DRS I	20.06.17	157 & 2°(2x)
		APARECIDA DRS XVII	12.07.19	121 c.c 14 inc. II
		TAQUARITUBA DRS III	20.07.18	155
		ITAPETININGA DRS XVI	04.05.19	155
		PN-PN	15.09.17	16 e 28-Lei 11343/06; 250
		BARRETOS DRS V	26.08.19	155, 129
		SÃO PAULO DRS I	14.05.15	121 & 2°, 155 e 157
		SÃO VICENTE DRS IV	27.06.18	121 & 2°
		SÃO PAULO DRS I	13.02.17	213 e 155 (3x)
		SÃO PAULO DRS I	13.02.17	121 & 2°
		LUCELIA DRS IX	14.12.18	157 & 1°
		PE-PE	25.03.17	121 & 2°

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	CARAPICUIBA DRS I	23.05.19	157 & 2° e 163
		DRACENA DRS XI	09.09.19	155 e 33 - Lei 11343/06
		ARAÇATUBA DRS II	02.09.19	155
		SÃO PAULO DRS I	02.04.19	121
		FERRAZ DE VASCONCELOS DRS I	13.06.18	121 & 2°
		BOTUCATU DRS VI	02.09.19	155 c.c. 14
		SÃO PAULO DRS I	06.08.19	214
		BOITUVA DRS XVI	25.07.17	121 & 2°
		RIO CLARO DRS X	11.06.19	121 & 2°
		BIRIGUI DRS II	26.08.19	121 & 2°
		MS-MS	25.11.16	121 & 2°
		PI-PI	25.11.16	121
		IBIRA DRS XV	28.06.18	121 & 2°
		CANANEIA DRS XII	20.09.19	147
		PARAGUAÇU PAULISTA DRS IX	07.06.18	121 & 2°, inc. IV
		SÃO PAULO DRS I	19.07.19	121
		SÃO PAULO DRS I	19.08.19	155
		N/C	04.06.19	121 & 2°
		DRACENA DRS XI	31.08.18	157 e 155
		SÃO PAULO DRS I	01.03.19	121 (2x)
		CAMPINAS DRS VII	08.02.19	121
		SÃO PAULO DRS I	09.09.19	157 e 147

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	SERRANA DRS XIII	20.07.18	121
		JUNQUEIROPOLIS DRS XI	02.09.19	155, 171 e 33 - Lei 11343/06
		RIBEIRAO PRETO DRS XIII	16.09.19	213
		MIRANTE DE PARANAPANEMA DRS XI	15.09.17	147 e 121 c.c. 14
		OSVALDO CRUZ DRS IX	13.02.17	218 e 121
		ELDORADO DRS XII	04.06.18	155, 157 e 217
		ASSIS DRS IX	09.09.19	157 e 213
		MARILIA DRS IX	26.08.19	155
		SOROCABA DRS XVI	26.06.19	129
		DRACENA DRS XI	27.01.16	157, 155
		ADAMANTINA DRS IX	20.08.19	155, 157 e 121 c.c. 14
		MG-MG	02.04.19	155 (4x)
		CAMPINAS DRS VII	22.09.15	157 e 180
		SÃO PAULO DRS I	18.06.19	155 c.c. 14 e 157 c.c. 14
		DRACENA DRS XI	14.06.19	121 c.c. 14
		LINS DRS VI	04.09.18	147 e 163
		ES-ES	14.03.17	121, 213
		MOGI DAS CRUZES DRS I	12.05.16	217, 71, 226 & 2°
		OSASCO DRS I	22.12.17	213
		ITAPETININGA DRS XVI	09.09.19	155 e 147
		SÃO CARLOS DRS III	17.05.19	157

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	FRANCA DRS VIII	15.03.18	213 c.c. 14
[redacted]	[redacted]	SÃO SEBASTIAO DRS XVII	26.08.19	155
[redacted]	[redacted]	FRANCA DRS VIII	13.06.19	129, 147 e 150
[redacted]	[redacted]	GUARULHOS DRS I	27.11.18	33 - Lei 11343/06
[redacted]	[redacted]	GUARARAPES DRS II	19.08.19	155
[redacted]	[redacted]	CARDOSO DRS XV	14.02.19	155, 157. 331, 147 19 da LCP
[redacted]	[redacted]	SÃO VICENTE DRS IV	09.09.16	155, 157 (2x), 121 & 2º e 163
[redacted]	[redacted]	RIBEIRA DRS XVI	24.03.17	217 (4x)
[redacted]	[redacted]	CAIEIRAS DRS I	03.06.19	155 (2X), 157 c.c. 14 e 163
[redacted]	[redacted]	LIMEIRA DRS X	23.08.18	121 (3x)
[redacted]	[redacted]	SÃO PAULO DRS I	22.12.17	213, 121 (2X) c.c. 14
[redacted]	[redacted]	ATIBAIA DRS VII	26.08.19	155 e 33 - Lei 11343/06
[redacted]	[redacted]	LINS DRS VI	19.07.19	33, 35 - Lei 11343/(
[redacted]	[redacted]	LINS DRS VI	11.01.19	155
[redacted]	[redacted]	SÃO PAULO DRS I	02.08.19	213
[redacted]	[redacted]	MIGUELÓPOLIS DRS VII	13.10.17	155 (5x)
[redacted]	[redacted]	PRAIA GRANDE DRS IV	09.09.19	129 e 250
[redacted]	[redacted]	DF-DF	24.11.17	155 e 157
[redacted]	[redacted]	FRANCA DRS VIII	14.12.16	217 e 213
[redacted]	[redacted]	MONTE CASTELO DRS XI	26.08.19	155
[redacted]	[redacted]	VALPARAISO DRS II	10.05.19	155

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	SÃO PAULO DRS I	13.07.18	157 c.c. 14 e 16 - Lei 10826/03
		FERNANDOPIS DRS XV	09.08.19	213, 214 e 157
		SÃO PAULO DRS I	09.09.19	121
		INDIAPORA DRS XV	14.09.18	163, 157, 150 e 147
		GUARANI D'OESTE DRS XV	16.04.15	155 (4x), 157, 121
		SANTO ANDRE DRS I	21.05.19	180 e 157 (3x)
		VERA CRUZ DRS IX	14.09.18	147 e 121
		GUARUJA DRS IV	10.11.17	155 & 4° (2x), 33 e 35 - Lei 11343/06
		SÃO PAULO DRS I	06.12.17	214 c.c. 14, 224 e 225
		SANTOS DRS IV	30.01.17	213, 214, 226 c.c. 71
		HORTOLANDIA DRS VII	06.09.18	33 - Lei 11343/06
		PIRAJUI DRS VI	25.08.17	121 & 2° (2x)
		PRESIDENTE PRUDENTE DRS XI	20.01.18	157 & 2° e 155
		MOCOCA DRS XIV	15.09.17	121 c.c. 14, 129 (2x) e 147
		CAMPINAS DRS VII	04.04.14	217
		GUARULHOS DRS I	25.05.15	157 & 2°
		SABINO DRS VI	13.02.17	217 c.c. 14
		BAURU DRS VI	21.07.17	121 & 2° e 121 c.c. 14
		SÃO JOSE DOS CAMPOS DRS XVII	16.09.19	121
		SÃO MIGUEL PAULISTA DRS I	26.08.19	121

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	SÃO PAULO DRS I	03.08.18	121 & 2º 155 & 4º, 129, 331 e 147
		SÃO PAULO DRS I	02.09.19	157
		PAULO DE FARIA DRS XIV	23.04.19	155 e 171
		COSMOPOLIS DRS VII	19.04.18	155 e 157 & 2º
		BEBEDOURO DRS V	23.08.18	155, 14, 121 c.c. 14 II
		BATATAIS DRS XIII	10.03.17	217
		VOTUPORANGA DRS XV	09.04.19	155, 157 & 2º(2x), 158, 33, 40, 35 - Lei 11342/06, 121 c.c. 14
		PRESIDENTE PRUDENTE DRS XI	21.05.19	155 c.c. 14
		BARUERI DRS I	26.10.18	217
		SÃO PAULO DRS I	12.09.16	129, 121 e 331
		DESCALVADO DRS III	26.08.19	129 e 1º
		COTIA DRS I	05.04.18	121 & 2º, 33 – Lei 11343/06
		SÃO BERNARDO DO CAMPO DRS I	14.06.19	155 (2x) e 157
		VOTORANTIM DRS XVI	26.10.18	217
		SÃO JOAO DA BOA VISTA DRS XIV	06.06.19	155 e 121 c.c. 14
		MARILIA DRS XIV	06.09.19	157 (2x)
		OSASCO DRS I	19.06.18	213 c.c. 14 e 250
		CAMPINAS DRS VII	25.07.18	121 & 2º
		SÃO PAULO DRS I	15.06.18	129 & 1º

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	SÃO PAULO DRS I	26.04.18	157 & 2°, 33 e 40 – Lei 11343/06
		SÃO PAULO DRS I	14.11.18	121 & 2°
		ES-ES	05.05.95	**INTERDITADO**
		ITAPEVI DRS I	12.07.19	129 e 147
		SÃO PAULO DRS I	18.07.16	121 & 2°
		SUZANO DRS I	18.06.19	217
		FRANCA DRS VIII	27.10.17	155 (2x)
		SÃO PAULO DRS I	26.09.18	121 & 2°
		MARILIA DRS XIV	09.08.19	215
		SÃO PAULO DRS I	09.09.19	121 c.c. 14
		MACATUBA DRS VI	25.08.16	121 & 2° c.c. 14 e 129 (2x)
		CESARIO LANGE DRS XVI	18.06.19	217
		SOCORRO DRS VII	03.07.18	217
		BORBOREMA DRS III	09.09.19	213, 214 e 155
		OSASCO DRS I	19.06.19	157
		FRANCA DRS VIII	26.07.17	121 & 2° c.c. 14
		ICEM DRS XV	14.11.17	233, 214, 224, 225, 217
		SÃO PAULO DRS I	02.09.19	129 e 147
		PR-PR	06.05.15	217 & 4°, 121
		PEDRA BELA DRS VII	18.01.18	121 & 2° c.c. 14
		DRACENA DRS XI	15.08.18	155 c.c. 14
		UBATUBA DRS XVII	04.03.16	121 e 129

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	SÃO CARLOS DRS III	09.04.19	157 c.c. 14
		ANDRADINA DRS II	09.04.19	214
		CAPAO BONITO DRS XVI	30.09.16	157 & 3°
		SÃO PAULO DRS I	16.09.19	157
		AVANHANDAVA DRS II	19.08.19	157
		PR-PR	20.01.17	121 & 2° c 14
		SÃO JOSE DOS CAMPOS DRS XVII	11.06.19	217
		PI-PI	10.06.15	217, 136, 226 e 147
		TAPIRAI DRS XVI	20.02.18	121 & 2° e 213
		MONGAGUA DRS IV	16.02.18	213
		CARAPICUIBA DRS I	02.09.19	121
		MENNUCCI DRS II	02.07.19	214 e 224
		CARAPICUIBA DRS I	02.09.19	129 e 147
		SÃO PAULO DRS I	19.08.14	121 & 2° c.c. 14
		SÃO JOSE DOS CAMPOS DRS XVII	20.06.17	157 & 2° (2x)
		DIADEMA DRS I	19.08.19	121 & 2°
		PEDREIRA DRS VII	23.08.18	155 e 33 - Lei 11343/06
		PE-PE	04.07.17	121 & 2° (3x) c.c. 14
		MOGI DAS CRUZES DRS I	21.11.17	121 & 2° (4x)
		SÃO PAULO DRS I	06.12.16	217
		CAIEIRAS DRS I	03.05.17	121 & 2° c.c. 14 e 155
		SANTOS DRS IV	14.06.19	157, 12 - Lei 6368/06
		MG-MG	10.01.13	121 & 2° c.c. 14 (2x), 163

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	GUARULHOS DRS I	02.04.19	155 c.c. 14
		BIRIGUI DRS II	06.12.18	147
		SANTA BRANCA DRS XVII	09.09.19	157 (3x)
		GUAPIACU DRS XV	30.08.19	147, 155 e 33 – Lei 11343/06
		AL-AL	18.05.16	121 & 2° inc. II
		SÃO PAULO DRS I	25.07.18	155 (5x)
		PIRACICABA DRS X	15.05.19	121 & 2° - Lei 11340/06
		BARUERI DRS I	13.05.19	157 & 2° inc. I e II
		PARIQUERA AÇU DRS XII	15.03.18	213
		FARTURA DRS VI	02.09.19	12 - Lei 10826/03
		OURINHOS DRS IX	19.08.19	155
		ITAPETININGA DRS XVI	18.06.19	155 (2x) e 157
		GUARA DRS XVII	09.09.19	155
		TABAPUÃ DRS XV	25.10.18	155 (9x), 163 e 210
		COTIA DRS I	15.06.18	217 e 157 (3x)
		PRESIDENTE PRUDENTE DRS XI	21.05.19	155 (2x) e 28 – Lei 11343/06
		PORTO FERREIRA DRS III	16.02.16	121 & 2°
		ANDRADINA DRS II	28.01.14	121 & 2° (2x) e 171
		RIBEIRAO PRETO DRS XII	07.12.17	121 & 2°
		SÃO PAULO DRS I	01.04.16	121 & 2° e 163
		PIRACICABA DRS X	24.02.17	155, 157 (2x), 158 e

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

				233 (2x)
[redacted]	[redacted]	SÃO PAULO DRS I	05.10.18	155 (4x)
		SÃO PAULO DRS I	25.08.17	33 – Lei 11343/06
		SÃO BERNARDO DO CAMPO DRS I	29.06.18	180, 33 e 35 – Lei 11343/06; 12 e 18 – Lei 6368/76
		SÃO PAULO DRS I	26.10.16	121 & 2° c 14
		AMPARO DRS VII	21.11.17	213 c.c. 14
		ATIBAIA DRS VII	21.05.19	121 & 2° c.c. 14
		LORENA DRS XVII	02.07.19	121, 140 e 147
		SÃO JOSE DOS CAMPOS DRS XVII	02.08.19	121 e 157
		ARAÇATUBA DRS II	28.05.19	12 – Lei 11343/06
		VINHEDO DRS VII	26.10.18	121 & 2°, (213 e 216)
		LEME DRS X	15.08.19	129, 155 e 157
		CAMPINAS DRS VII	04.07.18	33 – Lei 11343/0 129 & 4°
		AMERICANA DRS VII	08.02.19	155 (4x)
		COTIA DRS I	03.01.19	121 & 2°
		SÃO PAULO DRS I	20.06.18	33 – Lei 11343/06
		LORENA DRS XVII	26.10.18	213
		SANTOS DRS IV	14.11.17	121 & 2° c.c. 14
		SANTOS DRS IV	26.08.19	157 e 155
		MACATUBA DRS VI	19.07.19	155
		GUARULHOS DRS I	09.09.19	157 c.c. 14 e 33 – Lei 11343/06

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	DIADEMA DRS I	19.08.19	121
		PIRACICABA DRS X	09.09.19	217
		BRAGANÇA PAULISTA DRS II	23.08.19	155
		RIBEIRAO PRETO DRS XIII	16.04.19	121 & 2° c.c. 14 e 155
		MAUA DRS I	08.06.18	121 & 2° e 157 (3x)
		SÃO PAULO DRS I	24.05.16	121 c.c. 14
		SÃO PAULO DRS I	27.06.17	121 e 129 & 9°
		POLONI DRS XV	27.06.18	121 & 2° c.c. 14
		ARAÇATUBA DRS II	02.09.19	33 – Lei 11343/06
		PE-PE	19.12.17	155 c.c.14 e 157 & 2° (3x)
		PIRACAIA DRS II	14.06.19	129
		SOROCABA DRS XVI	15.06.18	121 & 2° inc. II e IV
		RIBEIRÃO PRETO DRS XIII	26.06.19	158 e 140
		PENAPOLIS DRS II	16.11.18	155 & 4°
		SÃO JOSE DO RIO PRETO DRS V	09.12.15	121 & 2° c.c. 14
		SÃO PAULO DRS I	08.02.19	121 & 2° c.c. 14
		DRACENA DRS XI	09.06.17	158
		TUPI PAULISTA DRS XI	25.05.18	157 & 2° c.c. 14
		MIRACATU DRS XII	26.08.19	155 e 147
		SERRANA DRS XIII	16.09.19	121 & 2° c.c. 14
		PONTAL DRS XIII	16.08.19	33 – Lei 11343/06

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	FRANCA DRS VIII	02.09.19	157
		TAQUARITUBA DRS VI	18.09.19	157
		HORTOLANDIA DRS VII	17.06.19	157 & 2° inc. I
		ITOBI DRS XIV	09.11.18	155 (3x), 157, 163, 146, 121 e 16 – Lei 6368/7:
		MOGI GUAÇU DRS XIV	24.04.19	121 c.c. 14
		MOGI DAS CRUZES DRS I	02.09.19	33 – Lei 11343/06
		SÃO PAULO DRS I	19.07.19	157 e 163
		DRACENA DRS XI	26.06.19	147, 329 e 21 da LCP
		FRANCA DRS VIII	23.05.19	33 Lei 11343/06
		LINS DRS VI	11.05.18	157 e 155
		REGENTE FEIJO DRS XI	15.03.19	155 e 217
		PIRAJUI DRS VI	26.08.19	121
		GUARULHOS DRS I	24.08.16	121 e 61 inc. II
		SÃO PAULO DRS I	18.06.19	155 & 4°
		SÃO PAULO DRS I	18.06.19	157
		LINS DRS VI	16.09.19	121
		BEBEDOURO DRS V	23.04.19	33 Lei 11343/06
		ARARAQUARA DRS III	15.06.18	155 (2x) e 157
		BANANAL DRS XVII	15.02.17	121 & 2° inc. II e IV
		PI-PI	08.11.17	121 & 2° inc. II e IV c.c. 14

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	ARAÇATUBA DRS II	26.08.19	155 e 168
		SANTA CRUZ DRS IX	02.09.19	163 inc. III
		OSVALDO CRUZ DRS IX	08.09.15	121 e 211
		SALTO DRS XVI	02.09.19	155 e 33 – Lei 11343/06
		DRACENA DRS XI	21.11.17	155 (3x), 214 (4x) e 233
		CRUZEIRO DRS XVII	31.08.18	155 (2x)
		ANDRADINA DRS II	31.08.18	155 (3x)
		OURINHOS DRS IX	02.09.19	157 e 33 – Lei 11343/06
		CAMPINAS DRS VII	16.09.19	155 e 129
		CESARIO LANGE DRS XVI	24.03.17	217 cc.61
		PALMARES DRS XV	02.09.19	155, 157 e 33 – Lei 11343/06
		SOROCABA DRS XVI	02.10.18	121 & 2° c.c. 14
		GUARULHOS DRS I	05.07.19	121 & 2° c.c. 14
		GUARATINGUETA DRS XVII	26.08.19	155 e 33 – Lei 11343/06
		MOGI DAS CRUZES DRS I	19.08.19	121 & 2° e 147
		SANTA ADELIA DRS XV	02.09.19	33 Lei 11343/06
		SOROCABA DRS XVI	02.09.19	121 & 2° e 163
		INDAIATUBA DRS VII	27.06.17	129 & 9°
		PERUIBE DRS IV	26.08.19	155, 157 e 163
		SOROCABA DRS XVI	01.10.19	213

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	OASACO DRS I	18.01.19	147, 129 e 33 – Lei 11343/06
		ITAPURÃ DRS II	22.02.19	155 (2x), 157 e 129
		VERA CRUZ DRS IX	18.05.18	121, 217 e 155
		PAULINIA DRS VII	26.08.19	155, 126 e 163
		SANTA ISABEL DRS I	02.09.19	121 & 2°
		VINHEDO DRS VII	02.09.19	155
		SUZANOPOLIS DRS II	14.09.18	155
		BATATAIS DRS XIII	10.04.19	121 & 2° c.c. 14
		SÃO PAULO DRS I	26.08.19	121 e 155
		SÃO PAULO DRS I	01.04.16	121 & 2°
		PRESIDENTE PRUDENTE DRS XI	25.07.18	155 e 157
		CABREUVA DRS VII	02.10.18	157 (2x)
		JOSE BONIFACIO DRS XV	19.04.18	155 c.c. 14
		ITAPEVA DRS XVI	27.06.17	121 & 2
		REGISTRO DRS XII	20.12.18	155 e 157 (2x)
		CAMPINAS DRS VII	02.11.16	121 & 2° (2x)
		ATIBAIA DRS VII	26.08.19	157 e 147
		GUARATINGUETA DRS XVII	16.04.19	157 (3x)
		ITAIM PAULISTA DRS I	07.05.19	121 & 2°
		SÃO CARLOS DRS III	09.08.19	121 & 2°
		GUARULHOS DRS I	28.05.19	121 & 2° inc. IV

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	SANTOS DRS IV	03.05.19	233
		ITANHAEM DRS IV	02.09.19	157 e 288
		SANTOS DRS IV	26.08.19	155, 157 e 163
		CARAPICUIBA DRS I	02.03.18	121 & 2° c.c. 14
		SANTA BARBARA D'OESTE DRS VII	19.07.19	121 & 2° c.c. 14
		GARÇA DRS IX	31.05.19	155 c.c. 14 e 157
		SÃO SEBASTIAO DRS XVII	03.04.19	157
		TUPI PAULISTA DRS XI	31.07.19	147, 250 e 129
		GUARULHOS DRS I	09.04.19	155 e 157 c.c. 14
		SÃO PAULO DRS I	26.07.19	33 – Lei 11343/06
		SANTO ANDRE DRS I	26.08.19	121, 129 e 157
		SÃO PAULO DRS I	01.07.16	213 c.c. 14
		SÃO PAULO DRS I	03.08.18	155 e 121
		SÃO PAULO DRS I	02.09.19	129
		NOVO HORIZONTE DRS XV	13.10.17	33 – Lei 11343/06
		SANTOS DRS IV	07.12.17	33, 35 e 40 – Lei 11343/06
		DRACENA DRS XI	19.08.19	121 & 2° c.c. 14
		OSASCO DRS I	09.09.19	121 & 2°
		SÃO PAULO DRS I	26.08.19	121 & 2°
		S. BERNARDO DO CAMPO DRS I	12.01.18	331, 121, 329 e 129
		MARILIA DRS IX	03.08.18	157
		SANTO ANDRE DRS I	25.09.19	155 e 33 – Lei 11343/06

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]	[redacted]	URUPES DRS XV	14.02.19	155
		SÃO JOSE CAMPOS DRS XVII	09.08.19	155 e 157
		SANTO ANDRE DRS I	26.08.19	157
		RIBEIRAO PRETO DRS XIII	14.03.18	147
		POTIRENDABA DRS XV	02.09.19	155
		COTIA DRS I	15.05.19	213 e 270
		LINS DRS VI	26.08.19	155 e 33 – Lei 11343/06
		SÃO CAETANO DO SUL DRS I	28.05.19	157
		MAUA DRS I	09.11.18	155 (3x)
		SÃO PAULO DRS I	15.07.16	157 & 3°

Também, a unidade respondeu ofício, informando que 31 pessoas já possuem indicação de saída para residência terapêutica ou outros serviços de saúde, conforme lista abaixo:

NOME	MUNICIPIO	DRS
[redacted]	Itapura	Drs II
	São Paulo	Drs I
	São Paulo	Drs I
	Capão Redondo	Drs I
	Osasco	Drs I
	São Paulo	Drs I
	Pirajuí	Drs VI
	Campinas	Drs VII
	Macatuba	Drs VI

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

[redacted]		Franca	Drs VIII
		Bragança Paulista	Dr5 VII
		Imirim	Drs I
		São Paulo	Drs I
		São Paulo	Drs I
		Porto Ferreira	Drs III
		São Paulo	Drs I
		São Bernardo Campo	Drs I
		Santos	Drs IV
		Poloni	Drs XV
		Maua	Drs I
		São Carlos	Drs III
		São J.Rio Preto	Drs V
		Tupi Paulista	Drs XI
		Bananal	Drs XVII
		Sto Andre	Drs I
		Osvaldo Cruz	Drs IX
		Andradina	Drs II
		São Paulo	Drs I
		Itapeva	Drs XVI
		Campinas	Drs VII
		Novo Horizonte	Drs XV

Instalações: O prédio onde fica a unidade prisional foi construído em 1.916. A unidade não possui laudo de vistoria da Vigilância Sanitária, o qual nunca foi solicitado, assim como não possui laudo de vistoria da Defesa Civil, pelo mesmo motivo. Outrossim,

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

tampouco possui projeto técnico aprovado junto ao Corpo de Bombeiros, uma vez que, conforme a direção, o valor seria muito alto, impossibilitando a elaboração. Percebe-se de um modo geral que a unidade apresenta diversos danos: tetos, paredes, vidros, quebrados, estruturas danificadas etc., sobremodo nos pavilhões habitacionais, com exceção do pavilhão 5, recém-inaugurado. Percebeu-se a presença de colchões para todos os presos-pacientes. Em relação às camas, conforme dados passados pela própria unidade, haveria mais pessoas presas que vagas em 3 dos 5 pavilhões, o que fatalmente leva à ausência de cama para todas as pessoas presas, em que pese ter sido afirmado pelo diretor que exista cama para todos. De todo modo, as pessoas entrevistadas relataram possuir cama para as pessoas presas. Percebeu-se uma ausência de privacidade durante os banhos, uma vez que são realizados em espaço coletivo em uma cela dos pavilhões, com exceção do pavilhão 5, onde há chuveiro no interior de cada cela. Conforme a direção, a água é controlada pelos faxinas, que ligam e desligam os registros. Há água aquecida para banho em todos os pavilhões habitacionais, destacando-se que no pavilhão 5 há aquecimento solar. Como estava frio no dia da inspeção e durante toda aquela semana, um preso-paciente reclamou que a água não estava esquentando naquele pavilhão. Há uma capela interditada dentro da unidade por falta de condições de segurança em sua estrutura.

Higiene: Em relação à limpeza das celas e pavilhões habitacionais, é realizada pelos faxinas e assistentes dos faxinas ou por cada preso-paciente em sua própria cela. Os faxinas recebem ¾ do salário mínimo pelo trabalho realizado, o qual é pago pela FUNAP. Há alguns auxiliares que recebem pelo sistema de rateio. Os presos-pacientes que limpam suas próprias celas não recebem. A direção afirmou que os presos-pacientes recebem, quando ingressam na unidade, 1 sabonete, 1 papel higiênico, 1 aparelho de barbear individual, 1 pasta de dente e 1 escova de dente e esses itens são repostos mediante solicitação, o que fora confirmado pelas pessoas presas ouvidas. Há, conforme a direção, registro da reposição dos materiais de higiene e limpeza. Quem entrega os materiais para limpeza de pavilhão e celas é o agente de segurança penitenciária para o faxina.

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Alimentação: é produzida na cozinha da unidade prisional por uma empresa contratada (MVGB refeições coletivas). São 4 empregados via CLT, além de 5 presos-pacientes (num turno 12 horas de trabalho por 36 de descanso, com recebimento de ¾ do salário mínimo) que trabalham no local. Há nutricionista que orienta a elaboração e distribuição, que é o Sr. Edmilson Calorindo dos Santos, CRN 32592 e técnicos que o auxiliam: Adriana Robuste Dias e Paulo Henrique Lourenzo da Silva. São realizadas cinco refeições diárias (café da manhã às 06h30, almoço às 11h00, café da tarde às 14h30 e entregue jantar e ceia às 16h30). Tal fato fora confirmado pelas pessoas presas entrevistadas. Destacaram que são distribuídos 900g para cada preso-paciente por refeição e 2 pães para cada no café da manhã. Para controle da alimentação, é separada uma amostra e armazenada em geladeira por 72 horas. Apenas uma pessoa presa reclamou da qualidade da alimentação, classificando-a como ruim, as demais informaram que a alimentação seria boa. A unidade informou que é permitida a entrada de alimentos por meio das visitas, desde que estejam na lista padronizada da Secretaria da Administração Penitenciária, o que fora confirmado pelas pessoas presas.

Vestuário: A direção informou que os presos-pacientes recebem calça, jaleco, cueca, chinelo, tênis, toalha e coberta quando ingressam na unidade. Os presos-pacientes reclamaram que o fornecimento de roupa é insuficiente e não há variedade para se protegerem das mudanças climáticas. A unidade prisional alegou que é permitida a entrada de roupa através dos familiares, desde que nas cores e modelos permitidos, através da padronização da unidade. Havia um preso-paciente sem blusa, que informou ter uma blusa branca e outra azul, contudo, não poderia utilizar por não ser permitida na unidade, embora o fosse na unidade em que se encontrava anteriormente. Percebeu-se, apesar do frio no dia da inspeção, pessoas sem agasalho.

Atendimento de Saúde: Em relação ao atendimento à saúde, importante mencionar que, conforme manifestado pela direção, não é sempre que conseguem escolta da polícia militar para atendimento externo e, então, nessas situações, a própria unidade faz o transporte. Para atendimento médico externo, os presos-pacientes fazem a solicitação inicialmente ao agente de segurança penitenciária, tendo em vista esse

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

maior contato. Após isso, há atendimento por técnicos de enfermagem e verificação no Projeto Terapêutico Singular e, então, conforme o caso, o médico realiza a avaliação da necessidade de atendimento médico externo. Uma pessoa entrevistada relatou já ter passado mal algumas vezes na unidade e não ter havido atendimento. Também, informou estar aguardando endoscopia há 3 meses. Em ofício respondido pela direção da unidade, informou-se a lista com os nomes dos profissionais que compõem a equipe de saúde e a equipe técnica (serviço social e psicologia), que atuam no estabelecimento, com indicação da quantidade, frequência e número de horas trabalhadas por cada um/a:

Nome	Cargo	Carga Horária	Plantão Extra
Aylton Aparecido Pinheiro do Prado	Técnico de Enfermagem	30 horas semanais	10 plantões 12 horas
Carla Elaine Barbosa dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	30 horas semanais	08 plantões 12 horas
Elisangela Marina de Faria Medeiros	Enfermeira/Diretora técnica de Saúde II	30 horas semanais	
Fernando Nogueira de Moraes Rangel	Médico (Perito)	20 horas semanais	06 plantões 12 horas
Francisco Carlos dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	30 horas semanais	05 plantões 12 horas
Helton Tosco Salles	Médico (Psiquiatra)	20 horas semanais	10 plantões 12 horas
Marcos Lee Citti	Médico (Psiquiatra)	20 horas semanais	10 plantões 12 horas
Maria Isabel Meirelles Cobra	Enfermeiro	30 horas semanais	
Maria Lúcia Galea	Auxiliar de Enfermagem	30 horas semanais	
Paulo Dutra Lima	Auxiliar de Enfermagem	30 horas semanais	06 plantões 12 horas
Pedro Gastão Hamacher	Médico (clínico)	20 horas semanais	08 plantões 12 horas
Vanessa Villa Marinho	Cirurgiã Dentista	20 horas semanais	01 plantão 12 horas
Vera Lúcia Galvão	Auxiliar de Enfermagem	30 horas semanais	
Iris Daniela da Costa Baltazar	Assistente Social	30 horas semanais	

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Maria Helena dos Santos Schimidt	Assistente Social	30 horas semanais	
Helena Alves de Oliveira	Assistente Social	30 horas semanais	
Andreia Aparecida Breve	Assistente Social	30 horas semanais	
Rita de Cássia Pereira Guimarães Monti	Psicóloga	30 horas semanais	
Vilma Maria da Cunha Leite	Psicóloga	30 horas semanais	

Plantões Extras - 12 horas:

Nome	Cargo	Carga horária
Fernanda Brown Ortiz de Carvalho	Médica Clinica	02 plantões 12 horas
Leandro Camille Santos Gavinier	Médico Psiquiatra	06 plantões 12 horas
Victor Eugênio Arfinengo	Médico Perito	10 plantões 12 horas
Ana Carolina Magalhães Fondelli	Enfermeira	07 plantões 12 horas
Ana Lúcia Santos Moreira	Enfermeira	10 plantões 12 horas
Bianca Simões Celegato	Enfermeira	05 plantões 12 horas
Claudia Regina Carmo Maia	Enfermeira	06 plantões 12 horas
Cleber Nunes de Almeida	Enfermeiro	05 plantões 12 horas
Juliana Dukat Sprogis Chagas	Enfermeira	08 plantões 12 horas
Maria Raquiel Salvador	Enfermeira	08 plantões 12 horas
Vanessa Daniele Alcântara de Souza Cabral	Enfermeira	10 plantões 12 horas
Lélia Xavier da Silva	Farmacêutica	06 plantões 12 horas
Natanael Duque da Silva	Enfermeiro	10 plantões 12 horas
Ana Paula Aparecida Lima da Silva	Aux. de enfermagem	06 plantões 12 horas
Joseane Pereira de Andrade	Aux. de enfermagem	10 plantões 12 horas
Maria Angélica Santana	Aux. de enfermagem	05 plantões 12 horas
Maria Aparecida Silva	Aux. de enfermagem	10 plantões 12 horas
Suzi Teixeira Soares	Aux. de enfermagem	10 plantões 12 horas
Zélia Miranda Souza	Aux. de enfermagem	06 plantões 12 horas

Não há auxiliar de saúde bucal ou técnico de higiene bucal. Informou-se que, atualmente, está de licença somente Vera Lúcia Galvão – Auxiliar de enfermagem. Informaram que houve 507 atendimentos médicos, 164 atendimentos odontológicos,

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

169 atendimentos psicológicos e 81 atendimentos de assistência social. Relatou-se que os atendimentos de urgência são encaminhados a UPA Central local. Os pedidos de especialidades são encaminhados via CROSS, onde as consultas são agendadas no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, AMEs regionais (São José dos Campos, Caraguatatuba e Lorena) e hospitais do município. Informou-se que os serviços de saúde para os quais a unidade está referenciada não costumam impor restrições ao atendimento das pessoas presas, bem como foram realizados 08 atendimentos fora da unidade prisional. Relatou-se que as enfermidades mais comuns no estabelecimento prisional são: F.19: Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas; F.60: Transtornos específicos de personalidade; F.20: Esquizofrenia; F.70: Retardo mental leve; F.61: Transtornos mistos da personalidade e outros transtornos da personalidade. Há 10 (dez) internos portadores de HIV/AIDS, todos em uso de antirretrovirais. Informaram que é realizado isolamento durante o período de transmissibilidade das doenças infectocontagiosas para evitar contágio entre os pacientes. Há distribuição de preservativos, com livre demanda. Há atendimento específico para pessoas presas com dependência de drogas com grupos os terapêuticos alcoólicos anônimos e narcóticos anônimos. São administradas todas as vacinas de campanha (febre amarela, Influenza, etc.) e as vacinas Dupla Adulto e contra a Hepatite B para completar a carteira vacinal. São respeitados o calendário nacional de vacinação, seguindo campanhas já determinadas e, nos casos de epidemias, a população confinada recebe a vacina conforme determinação da S.E.S. Quanto à dispensação de medicamentos, fomos informados que toda a medicação psiquiátrica é feita pela equipe de enfermagem no interior do estabelecimento, não sendo entregue para o controle das pessoas presas, tendo em vista a questão de saúde mental. Os remédios injetáveis são de uso mental ou quinzenal e os de via oral são diários (manhã, tarde e noite). Informou que diversos presos-pacientes não tomam qualquer medicação. A equipe técnica também contribui para a elaboração dos exames de cessação de periculosidade, que ocorre periodicamente por ordem judicial. Existem reuniões semanais de discussão de caso. Participam da reunião o médico perito, a psicóloga e assistente social, o diretor de segurança e disciplina. Os profissionais que fazem a avaliação, não são os mesmos que

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

acompanham os pacientes na instituição. Cada profissional manifesta-se de acordo com sua especialidade. São levados em consideração a doença do paciente, se ele tem para onde ir e se possui apoio da família, se apresenta ou não bom comportamento. Os critérios para desinternação consideram o delito, a doença e o tempo da internação. Quando o crime e a doença são mais gravosos, ocorre a desinternação progressiva. Então, o paciente é encaminhado para o Hospital de Custódia de Franco da Rocha II. Os pacientes que não possuem recursos extramuros, com laços familiares rompidos e sem suporte da rede de saúde mental, tendem a ter a desinternação prorrogada. É interessante notar como a questão de segurança se mistura com a questão de saúde mental. Tudo se passa como se o exame de cessação de periculosidade por vezes lembrasse o exame criminológico para a progressão de regime. Ao querer saber se o louco ainda é perigoso, averigua-se o bom comportamento. A compreensão do louco infrator pauta-se pela periculosidade. Existe uma tendência a classificar os pacientes de acordo com sua disponibilidade futura para o crime. Há 2 peritos, um é vinculado ao próprio HCTP de Taubaté e trabalha das 7h às 11h, todos os dias da semana no local e o segundo de outra unidade prisional, que faz plantão às quintas-feiras. Em regra, os laudos são realizados a cada 10 meses, exceto quando a equipe avalia a necessidade de abreviar a elaboração ou quando há determinação judicial para tanto. A equipe médica ainda recebe casos de pessoas em surto provenientes das unidades prisionais da região, que permanecem no Hospital de Custódia, mesmo sem medida de segurança, aguardando uma avaliação psiquiátrica. A direção relatou, também, que a EAP não vem realizando a tarefa de desinstitucionalização junto à unidade, de modo que essa equipe tem atuado tão somente em relação ao pós-custódia. Após a desinternação, são enviados relatórios e laudos periciais dos ex-internos. A equipe efetuou uma visita para conhecer a demanda dos técnicos e estrutura do HCTP Taubaté, para direcionar e acompanhar os pacientes desinternados, especialmente na Rede CAPs. No entender da direção, é absolutamente necessário o fechamento da porta de entrada e trabalho de desinstitucionalização pela equipe, a fim de que de fato se avance nos cuidados em relação à saúde mental. A unidade informou, também, que as equipes de saúde dos diversos municípios são contatadas por técnicos do HCTP Taubaté para busca de familiares quando necessário. Os contatos são direcionados aos CAPS e Ambulatório da

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Saúde Mental, quando há. Percebeu-se que há uma grande falta de informação de alguns municípios e seus serviços de saúde quanto ao processo de desinternação. As maiores dificuldades encontradas são em relação às vagas em Serviços de Residências Terapêuticas. Além das vagas disponibilizadas serem reduzidas, existem vários critérios impostos por tais serviços que dificultam o encaminhamento no momento da desinternação, pois, como se trata de ordem judicial, deverá ser cumprida imediatamente, causando um grande impasse para o recebimento dos pacientes com o perfil para residências terapêuticas. É sabido que as residências quando criadas não previam pacientes dos HCTPs, priorizando as vagas para os munícipes sem registro de passagens por HCTP/MS. Por fim, a unidade informou que o HCTP trabalha com uma equipe multidisciplinar que abrange e avalia todo o aspecto histórico social, cultural, econômico e de saúde mental do interno e a meta a ser atingida é a recuperação destes pacientes, lançando mão de uma terapêutica não só medicamentosa, mas que aborda o processo de reinserção ao meio social, de maneira a focalizar o indivíduo como um todo. O trabalho desenvolvido visa à reabilitação física, mental, emocional e social, com vistas à reintegração do paciente a sociedade. Em resposta, informou que a despeito da Lei nº 10.216/01, que veio legitimar as ações voltadas para aspectos de garantia de diretos e tratamento segundo as diretrizes dos direitos universais humanos, a equipe do HCTP sempre realizou ações voltadas à preservação e respeito à dignidade humana. Afirma-se que as ações voltadas ao resgate da cidadania, fortalecimentos de vínculos, a capacidade afetiva e a "sensação de pertencimento" são metas a serem alcançadas, e como prova disso, utilizam de técnicas teatrais, Grupos Terapêuticos, Grupo AA, Pastoral Carcerária, do Projeto Arte e Vida entre outros.

Questões individuais de saúde: preso-paciente [redacted] matrícula [redacted] reclamou que está com doença de pele.

Assistência Jurídica: Em relação ao atendimento jurídico, afirmou-se que são feitos por uma advogada da FUNAP, em sala própria. Não há sala própria destinada à Defensoria Pública, bem como não há livro para registro das visitas da Defensoria específico, havendo um para todos os agentes do sistema de justiça.

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Educação: Conforme resposta da unidade, há 30 vagas de estudo para alfabetização, 30 para ensino fundamental, 15 para ensino médio, 10 para ensino profissionalizante e não vagas para ensino superior. Nessas vagas, há 15 pessoas presas na alfabetização, 11 no ensino fundamental, 09 no ensino médio, 10 em ensino profissionalizante. As aulas ocorrem nos períodos matutino (entre 07h00 e 11h10min.) e vespertino (entre 13h00 e 17h10min.). A unidade informou que são utilizadas 3 salas de aula no período da manhã e 2 no período vespertino, não especificando a divisão de horários por categoria. Os profissionais de educação são vinculados à Secretaria Estadual de Educação. Há também 01 profissional da FUNAP que ministra aula no curso PET – Programa de Educação para o Trabalho. A unidade conta com uma biblioteca com acervo de 6.676 livros. O acesso aos livros é feito por um preso-paciente monitor. A unidade informou que não há remição por leitura, por se tratar de medida de segurança.

Esporte e Cultura: Há em cada pavilhão uma quadra com duas traves pequenas para prática de futebol. Não houve relato sobre a presença de atividade cultural.

Atendimento da Equipe de Serviço Social e Psicologia ou Equipe Técnica: A unidade conta com 2 psicólogas e 4 assistentes sociais, sendo que duas estão em cargos de Diretoria e duas realizam os atendimentos e respectivas estagiárias. Foram realizados no último mês 169 atendimentos psicológicos e 81 atendimentos pelo Serviço Social. A principal demanda atendida pelas psicólogas e assistentes sociais é a busca da família. Isto ocorre, desde a internação do paciente até a desinternação do hospital de custódia. Assim que o paciente é internado, o processo de inclusão compreende entrevista com o setor de saúde (psiquiatria e enfermagem) e o setor social (psicologia e setor social). A equipe técnica procura a família para informar da transferência do paciente, busca saber se ele é interditado e se a família poderá recebê-lo após a desinternação hospitalar. As atividades desenvolvidas pelas profissionais da instituição incluem os atendimentos individuais e grupais, bem como os encaminhamentos internos para a saúde, educação e trabalho. Os pacientes somente

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502 000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

recebem o encaminhamento externo para a rede de saúde mental no momento da desinternação. A equipe técnica relatou que elabora o projeto terapêutico singular, para o acompanhamento dos casos. Porém, o sigilo e a privacidade não são garantidos de maneira adequada, pois os atendimentos ocorrem com a porta entreaberta e a presença de um agente de segurança. Apenas em alguns casos muito específicos, quando há risco, o atendimento é feito no parlatório.

Trabalho: Há 162 pessoas trabalhando na unidade, sendo 79 presos-pacientes em oficinas internas e 83 em serviços gerais. Conforme a direção, tem-se 154 vagas oferecidas em oficinas internas, divididas em 115 vagas por empresas privadas, 19 vagas através da Coordenadoria de Saúde e 20 vagas diretamente pela FUNAP. Além disso, há serviços gerais de manutenção, conservação e limpeza através de Mão de Obra Indireta – MOI, com 83 internos. As empresas que disponibilizam vagas a esta Unidade são: 1 - Fábrica de Botões COROZITA S/A – 25 vagas; 2 - VARAL Artefatos de Madeira e Plástico Ltda – 80 vagas; 3 - MVGB Refeições Coletivas Eireli – 10 vagas. No trabalho interno, em serviços gerais, são efetuados serviços de manutenção, conservação e limpeza da Unidade. Nas oficinas, faz-se montagem de pregadores de roupa através da empresa VARAL, costura de botões em cartelas pela empresa COROZITA e o auxílio no preparo de Alimentação para internos e funcionários através da empresa MVGB. Conforme a unidade, os contratos, da Coordenadoria de Saúde, da FUNAP Monitores de Apoio e Sala de Aula e o Contrato da MVGB pagam 75% do salário mínimo para o preso-paciente, mais 25% para o MOI (mão de obra indireta). O contrato da FUNAP de marcenaria paga o valor de 75% do salário mínimo para os Artesãos e 37,5% do salário mínimo para os principiantes, além de 15% para o MOI. Os contratos da VARAL e COROZITA são pagos por produtividade e 25% desta produtividade para o MOI. Os serviços gerais de manutenção, conservação e limpeza são pagos com o rateio do MOI arrecadado. Importante, nesse ponto, mencionar que um preso-paciente que trabalha para a empresa VARAl, confeccionando pregadores, relatou que recebe por produtividade. O valor auferido é de R$1,70 por caixa de pregador que produz. Cada caixa contém 600 pregadores. Os presos-pacientes entrevistados foram unânimes no sentido de não receberem adequadamente a remuneração.

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Disciplina/Ocorrências: Não ocorreram rebeliões nos últimos 3 anos. Houve 01 suicídio nos últimos 2 anos. A unidade informou, ainda, que não há apuração de falta disciplinar na unidade. Quando há algum comunicado de evento, envia-se ao médico, não sendo instaurado nenhum procedimento, exceto para avaliação de conduta funcional do corpo de servidores da unidade, caso alguém esteja relacionado ao evento. Contudo, quando o preso-paciente, de algum modo, é ouvido, ouve-se na presença de advogada da FUNAP. Relatou a direção que os presos-pacientes são obrigados a cortar e raspar a barba e bigode, não havendo uma periodicidade determinada, mas sim quando esta estiver fora dos padrões da unidade, embora não exista uma normativa interna. Como não há aplicação de falta, não haverá nessa situação, sendo apenas comunicada a equipe de saúde.

Visitas: Há possibilidade de três visitas semanais, às quartas-feiras, entre 08h e 11h e entre 13h e 16h e aos sábados e domingos, entre 08h e 16h. A unidade prisional não conta com *body scanners*, mas, conforme a unidade, não há revista vexatória. Desse modo, as visitas passam pelo portal detector de metais. Apesar disso, há pouca visitação de familiares – cerca de 30 por semana -, pois há na unidade pessoas internadas de todo o estado. Alguns não querem contato, outros mandam carta, outros só querem saber como estão e fazem ligações. O diretor afirmou que, antes, havia uma iniciativa interessante, na qual a prestação de serviços à comunidade da região, por meio de entrega de cestas básicas, era revertida aos visitantes, estimulando-os à visitação no local. Destacaram, por fim, que não há visitas íntimas. Além de haver pouca visita regular, informaram que não há ambiente adequado para a realização das visitas íntimas e, como muitos crimes são sexuais, eles se preocupam com o respeito e comportamento dos outros pacientes.

Assistência religiosa: Há visita de entidades religiosas na unidade. A direção citou a presença da religião evangélica, espírita e católica, não havendo nenhuma de matriz africana. Também, prestam apoio os Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA).

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Providências a serem tomadas:

a) Ofício e recomendação à unidade para: i) garantia de banho quente no pavilhão 5 nos dias de ausência de luz solar para aquecimento; ii) fornecimento de roupas suficientes para a população, sobremodo agasalhos para os dias frios; iii) providenciar laudo de vistoria da vigilância sanitária, defesa civil e corpo de bombeiros; iv) promover atendimento especializado de saúde ao preso-paciente [redacted] matrícula [redacted] que está com doença de pele; v) responder o motivo pelo qual não estão preenchidas as vagas da educação formal oferecida na unidade; vi) efetivação de visita íntima para evitar a ruptura dos laços familiares;

b) Ofício ao Ministério Público do Trabalho para verificar condições de trabalho e pagamento auferido pelas pessoas presas;

c) Aproximação com a EAP a fim de se verificar a interlocução que tem realizado com os municípios de origem das pessoas cumprindo medida de segurança no HCTP de Taubaté para o processo de desinstitucionalização, principalmente em relação às pessoas que estão com indicação de saída para residência terapêutica ou outros serviços de saúde, bem como verificar o que se tem feito para se fechar a porta de entrada, como previsto na CIB 93/2018;

d) Provocar a organização da Comissão de Trabalho específica que acompanhe a atuação da EAP;

e) Pensar possibilidades alternativas para lidar com as medidas de segurança incentivando uma construção conjunta entre Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria Estadual de Saúde e Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC)/convênios, com vistas ao fechamento da porta de entrada dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico[5],

[5] Atualmente existem dois grupos de trabalho, nos quais o Núcleo de Situação Carcerária participa: O GT de Política Antimanicomial da OAB/SP que está ligado à Comissão de Política Criminal e Penitenciária,

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

seguindo o exemplo de Programas existentes em outros estados como PAILI em Goiás, o PAI-PJ em Minas Gerais, o EMPAP no Rio de Janeiro e a EAP no Piauí;

f) Buscar formas de estimular a estruturação e ampliação da RAPS no estado de São Paulo, e sua articulação com SUS e SUAS. Pensar na expansão dos Serviços de Residência Terapêutica (SRTs) que supram as demandas de desinternação, em substituição às Comunidades Terapêuticas;

g) Fomentar atividades de sensibilização que discutam as ideias da Reforma Psiquiátrica e tragam novas perspectivas no contexto atual, desconstruindo gradativamente a ideia de periculosidade como algo intrínseco da pessoa;

h) Necessidade de medida judicial para soltura de [redacted] matrícula [redacted] que permanece preso-paciente em unidade prisional, em que pese já tenha se encerrado a medida de segurança há mais de 20 anos;

i) Envio da lista das pessoas cumprindo medida de segurança e do relatório para a segunda coordenadora da Regional Criminal, bem como para o Segundo Coordenador da Regional de Taubaté para as providências que entender cabíveis, principalmente em relação ao preso-paciente [redacted] matrícula [redacted]

São Paulo, 30 de setembro de 2019.

Leonardo Biagioni de Lima
Coordenador-auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária
da Defensoria Púbica do Estado de São Paulo

---

no sentido de articular diferentes coletivos, entidades e órgãos que tratam da questão de saúde mental na política criminal e penitenciária para mapeamento de ações/estratégias no campo e articulação para construção de agenda comum de ações e o GT para Desinstitucionalização nos HCTPs e UES criado em 2018 para discutir a problemática da "porta de entrada" e "porta de saída" dos Hospitais de Custódia e Unidade Experimental de Saúde que reúne outros Núcleos da DPESP, MPF e organizações da sociedade civil.

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

Fernando Nicolas Penco Juve
Membro do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Púbica do Estado de São Paulo

Cristina Emy Yokaichiya
Membro do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Púbica do Estado de São Paulo

Rafael Gomes Bedin
Membro do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Púbica do Estado de São Paulo

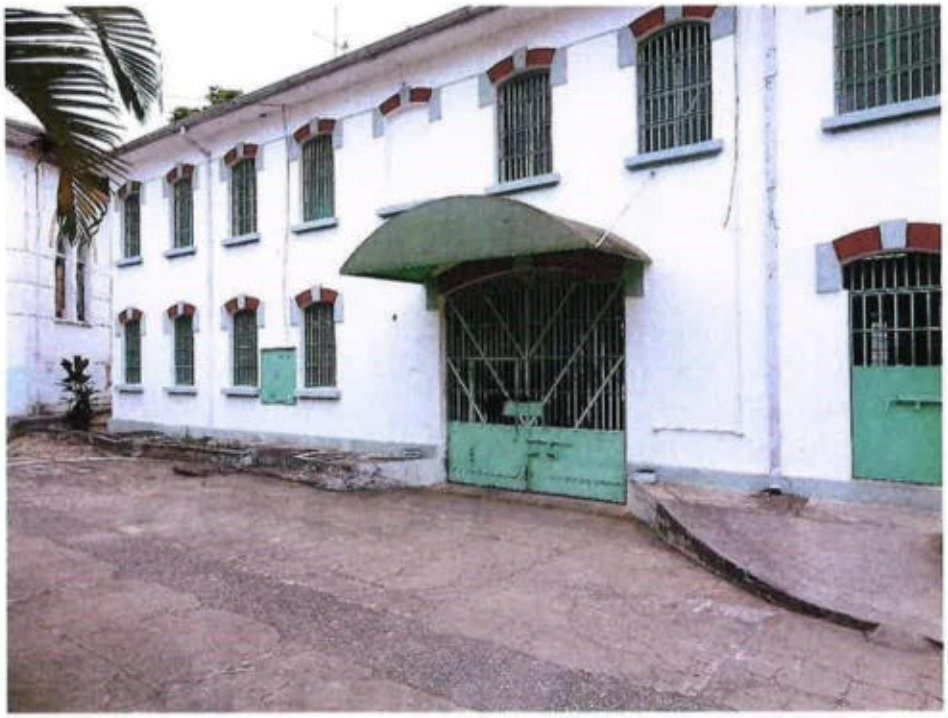
Zoraide Caobianco Modenutte
Agente de Defensoria Assistente Social do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Púbica do Estado de São Paulo

Tânia Biazioli de Oliveira
Agente de Defensoria Psicóloga do Centro de Atendimento Multidisciplinar da Regional Criminal da Defensoria Púbica do Estado de São Paulo

FOTOS

DA INSPEÇÃO

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281



(Vista da área de ingresso à unidade prisional)

(Vista das áreas externas às janelas das celas)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Pátio de um dos pavilhões)

(Corredor de um dos pavilhões)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Interior de uma das celas)

("Vaso sanitário" de uma das celas)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Pátio do Pavilhão 5)

(Cela do pavilhão 5. Chuveiro no interior da cela)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Vista da entrada das celas do pavilhão 5. Acionamento de registros e descarga no exterior da cela)

(Cela de isolamento por doenças infectocontagiosas do pavilhão 5)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Setor de próteses)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Cela da enfermaria – preso-paciente [redacted])

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Espaço Arte e Vida)

(Galpão de oficina de trabalho, ocupado atualmente pela empresa VARAL Artefatos de Madeira e Plástico Ltda.)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Oficina de trabalho da FUNAP –Marcenaria)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Oficina de artesanato)

(Interior da oficina de artesanato)

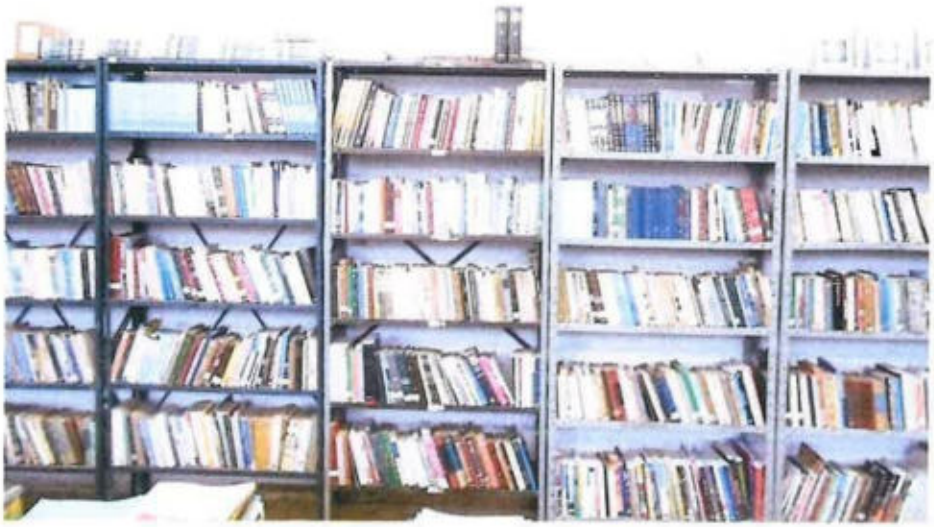
Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

HCTP - F I						
horario		2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
13:00 as 13:50	1	CIRURGIA- MIRELE			[illegible]	HIST- MATEUS
13:50 as 14:40	2ª	CIRURGIA- MIRELE	[illegible]	[illegible]	[illegible]	GEO- MATEUS
14:40 as 15:30	3ª	[illegible]	GEO- MATEUS	[illegible]	MAT- ADRIANA	MAT- ADRIANA
15:30 as 16:20	4ª	[illegible]	HIST- MATEUS	MAT- ADRIANA	MAT- ADRIANA	MAT- ADRIANA
16:20 as 17:10	5ª	INGLES- ZE	HIST- MATEUS	MAT- ADRIANA	[illegible]	GEO- MATEUS
HORARIO		HCTP - F2				
13:00 as 13:50	1	[illegible]	HIST- MATEUS	MAT- ADRIANA	MAT- ADRIANA	MAT- ADRIANA
13:50 as 14:40	2ª	[illegible]	HIST- MATEUS	MAT- ADRIANA	MAT- ADRIANA	MAT- ADRIANA
14:40 as 15:30	3ª	GEO- MATEUS		HIST- MATEUS	PORT- ALINE	PORT- ALINE
15:30 as 16:20	4ª	INGLES- ZE		[illegible]	GEO- MATEUS	[illegible]
16:20 as 17:10	5ª	[illegible]	[illegible]	[illegible]	GEO- MATEUS	[illegible]
HORARIO		ENSINO MEDIO				
13:00 as 13:50	1ª	HIST- MATEUS	MAT- ADRIANA	[illegible]	[illegible]	[illegible]
13:50 as 14:40	2ª	GEO- MATEUS		HIST- MATEUS	[illegible]	[illegible]
14:40 as 15:30	3ª	INGLES- ZE	[illegible]	MAT- ADRIANA	[illegible]	FILO- MATEUS
15:30 as 16:20	4ª	GEO- MATEUS	[illegible]	SOCIO- MATEUS	PORT- ALINE	FILO- MATEUS
16:20 as 17:10	5ª	MAT- ADRIANA	[illegible]	SOCIO- MATEUS	MAT- ADRIANA	[illegible]

(Horário das aulas)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Espaço para curso ocioso na unidade)



(Biblioteca)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Espaço para visitas)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Cozinha)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Jantar que seria servido no dia da inspeção)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Produtos a serem entregues aos presos-pacientes no almoxarifado)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Tênis distribuído aos presos-pacientes)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Foto do preso-paciente [redacted] matrícula [redacted] que está com doença de pele)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281

(Capela interditada)

Av. Liberdade, nº 32 – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01502-000
Tel.: 3242.5274/3105.5799 r. 281